

6

REPASSES ZERADOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Conjuntura do FPM

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentou um comportamento incerto ao longo de 2015. Tais incertezas foram consequência das várias perspectivas negativas na economia, como inflação alta, recessão, redução de competitividade da indústria, problemas com o mercado externo, desvalorização do câmbio, balança comercial em déficit, baixos investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, uma apreensão generalizada dos agentes econômicos. Essa situação impacta direta e negativamente na decisão de consumo de todos os agentes, além de reduzir os lucros das empresas. Isso, por sua vez, reduz a arrecadação tributária, principalmente o Imposto sobre a Renda, que é o principal item do fundo, e as transferências constitucionais, como o FPM. O cenário econômico do país, o desequilíbrio da estrutura federativa e o processo eleitoral para 2016 vão complicar ainda mais as gestões municipais e conseqüentemente a situação de muitos prefeitos também será afetada.

Foram transferidos aos cofres municipais R\$ 84,362 bilhões em 2015, frente aos R\$ 79,355 bilhões em 2014. Isso representa um aumento de 6,31% ou R\$ 4,061 bilhões, em termos nominais e brutos. Tal montante foi bem abaixo da estimativa do PLOA-2015, que era de R\$ 91,105 bilhões.

Ao longo de 2015, o Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses ficou em 10,67%, bem acima do teto da meta estabelecida pelo governo para a inflação, que seria de 6,5%. Diante disso, o valor ganho nominalmente pelo fundo foi corroído pelos efeitos do aumento generalizado de preços, ocasionando uma queda real de 2,06% do FPM em 2015.

Houve um decréscimo real dos repasses ao fundo em oito dos doze meses de 2015. Agravando o quadro do fundo, o repasse extra de 1% realizado em dezembro foi 5,13% menor do que o realizado em 2014. Essa diferença entre valores reais e nominais se dá porque o aumento efetivo dos repasses do fundo não foi suficiente para cobrir os efeitos danosos da inflação no último ano.

Legislação

Outro agravante que atinge diretamente os Municípios são os descontos e as retenções do FPM. O art. 160 da Constituição Federal de 1988 veda a retenção ou a restrição de recursos aos Municípios, porém o parágrafo único excepciona o *caput*, conforme abaixo:

Art. 160 da Constituição Federal – É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. Essa vedação não impede a União de condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos.

A partir disso, deve-se observar também as leis previdenciárias que estão em anexo neste estudo.

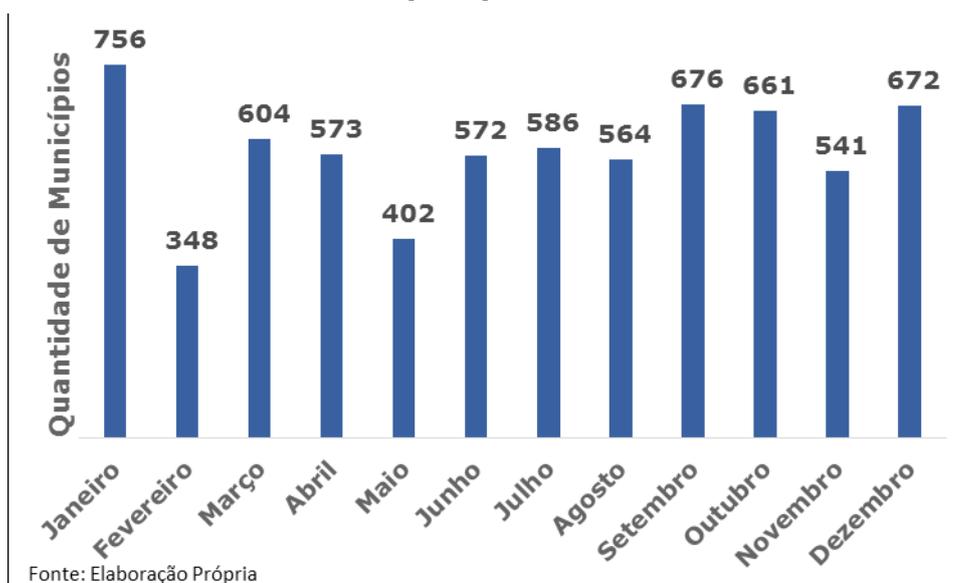
Análise dos repasses zerados referente ao primeiro decêndio de todos os meses

A legislação exposta explica o porquê de tantos Municípios não receberem integralmente o valor do FPM. Enquanto o Município possui dívidas previdenciárias com a União, ela poderá deduzir do valor devido que seria repassado.

Levantamento feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) demonstra que os valores mais expressivos são referentes ao primeiro decêndio de cada mês, ou seja, correspondem em média a 49% do valor repassado no mês. Mediante isso, o desconto torna-se maior que os dos demais decêndios.

No ano de 2015, 1.135 Municípios foram atingidos com descontos e retenções do FPM, dos Municípios que receberam de 70% a 99,9% de retenção daremos destaque aos Estados de Minas Gerais e Tocantins com 98 e 59 Municípios em média.

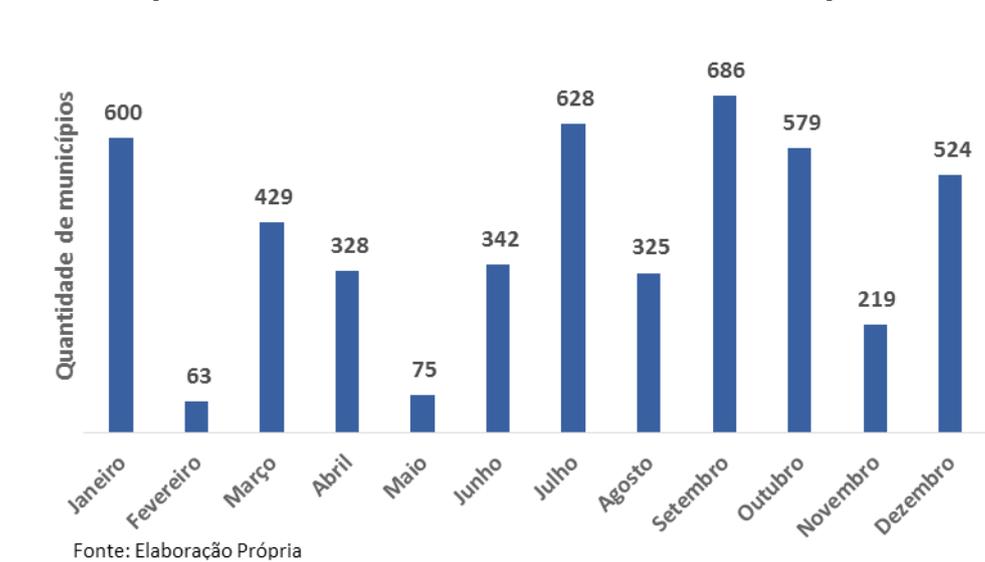
Gráfico 1 – Quantidade de Municípios que tiveram o 1º Decêndio de FPM retido



Em média, 400 Municípios deixaram de receber 100% do montante a ser repassado no 1º decêndio em algum mês de 2015. Isso ocorreu com maior frequência no Estado de São Paulo, com uma média de 66 Municípios por mês sem receber o repasse do 1º decêndio do FPM.

O Gráfico 2 apresenta o número de Municípios que não receberam o 1º decêndio em cada um dos meses do ano anterior. Os meses de janeiro, julho e setembro apresentaram mais de 600 Municípios sem receber o repasse, destacando-se por isso.

Gráfico 2 – Municípios com 100% do 1º decêndio do FPM retido em pelo menos um mês



O FPM, principal receita de grande parte dos Municípios brasileiros, não acompanhou o crescimento dos custos das prefeituras em 2015, o que justifica o quadro de crise existente em quase todos os Municípios brasileiros. Do total de Municípios brasileiros, os de pequeno porte são

aqueles que se mantêm basicamente do FPM e, por meio deste estudo, foi possível verificar que são estes também os mais atingidos com os descontos das dívidas previdenciárias, elevando ainda mais a dificuldade das prefeituras que já estão em crise. No Gráfico 3, há o demonstrativo de que os Municípios que possuem até 50 mil habitantes são os mais atingidos, ou seja, os de pequeno porte. Abaixo existem também uma relação dos 22 Municípios que não receberam repasse referente ao 1º decêndio em nenhum dos meses de 2015.

Gráfico 3 – Quantidade de Municípios por porte que deixaram de receber o FPM

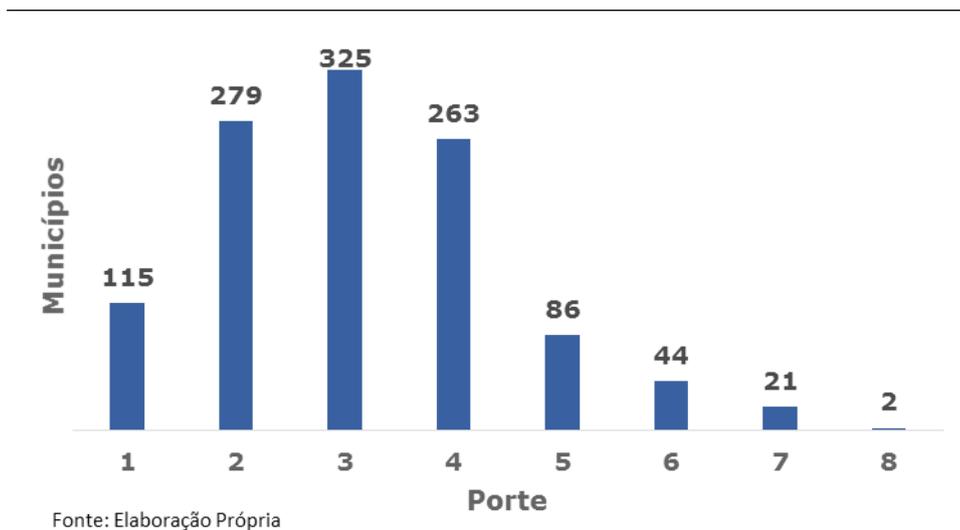


Tabela 1 – Municípios que tiveram 100% do 1º decêndio retido em todos os meses

Município com saldo ZERADO no primeiro repasse da conta do FPM do Banco do Brasil (2015)

Município	
Alto do Rodrigues/RN	Itabuna/BA
Araraquara/SP	Itararé/SP
Areia Branca/RN	Japaratuba/SE
Caçapava/SP	Laranjeiras/SE
Candeias do Jamari/RO	Moji Mirim/SP
Canindé de São Francisco/SE	Pirambu/SE
Cruzeiro/SP	Ribas do Rio Pardo/MS
Delmiro Gouveia/AL	Rosário do Catete/SE
Diamantino/MT	Salto/SP
Divina Pastora/SE	São Miguel do Iguaçu/PR
Guarulhos/SP	Siriri/SE
Imbé/RS	Timóteo/MG
Ipojuca/PE	

Dos 217 Municípios que ficaram entre 8 e 11 meses sem receber o 1º decêndio, destaca-se o Estado de São Paulo com a incidência de 41 Municípios. E mais uma vez foi possível comprovar que os Municípios de pequeno porte são os mais atingidos, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 2 – Quantidade de Municípios que tiveram entre 8 e 11 meses o 1º decêndio retido

UF	Qnt. De Municípios
AC	9
AL	6
AM	1
BA	1
CE	3
ES	10
GO	8
MA	1
MG	12
MS	12
MT	3
PA	7
PB	3
PE	3
PR	14
RJ	4
RN	19
RO	5
RS	11
SC	19
SE	13
SP	41
TO	12
Total Geral	217

Conclusão

Além da situação conjuntural do ano que se encerrou, há uma perspectiva de continuidade de queda das receitas tributárias dos Municípios e, concomitantemente, expansão de custos consequência da inflação. Isso é fruto das expectativas de mercado permanecerem pessimistas em relação ao ano que se inicia. Segundo o Banco Central em seu último Relatório de Inflação, a expectativa do PIB para 2016 é de retração de 1,9%. Além disso, o Bacen espera uma inflação de 9,2% já no primeiro semestre de 2016.

Os gestores municipais já enfrentaram dificuldades, em 2015, para custear medicamentos, para custear o transporte de alunos, para pagar fornecedores e servidores públicos e manutenção de salários de médicos e de professores do magistério. Diante disso e das previsões pessimistas para o próximo ano, é possível prever que a crise dos Municípios brasileiros será agravada no ano de 2016.

A Confederação Nacional de Municípios alerta que os primeiros repasses do ano já refletem a baixa arrecadação realizada em razão das fracas vendas de fim de ano. Além disso, demonstra a expectativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de que no presente mês o fundo tenha repasses 17,2% menores que no mesmo período de 2015. Tais repasses são um indício de que o fundo será profundamente prejudicado pela crise que se mantém no novo ano.